

88%**dos cursos de ensino superior vão estar adequados a Bolonha em 2007/08.****[PEDRO LOURTIE EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR]**

“Dúvidas de Bolonha não se resolvem por decreto”

Há oito anos, Pedro Lourtie participou na redacção final da “Declaração de Bolonha”, que marcou uma profunda reforma do ensino superior. Hoje, defende um papel mais activo do Governo para contornar as dificuldades de implementação do processo

Germano Oliveira texto Pedro Aperta fotografia

É provavelmente o maior especialista português no que se refere ao Processo de Bolonha, que prevê uma harmonização dos cursos a nível europeu centrada em preparar melhor os alunos para o mercado de trabalho. Ao fazer o balanço do arranque da reforma em Portugal – os primeiros cursos adequados a Bolonha funcionam há um ano –, indica que há dúvidas por esclarecer no seio das escolas. Argumenta que o Governo deveria ajudar na divulgação de boas práticas para facilitar a implementação, mas mantém-se confiante que Bolonha terá efeitos positivos.

Que avaliação faz do arranque da implementação do Processo de Bolonha em Portugal?

Há dois pontos que devem ser considerados: por um lado, as questões estruturais – número de cursos adequados; por outro lado, temos a implementação real daqueles que são os objectivos em termos qualitativos. De um ponto de vista quantitativo, estamos a progredir muito rapidamente. Do ponto de vista qualitativo, tenho as minhas dúvidas.

E a que se devem essas dúvidas?

Daquilo que tenho falado com muitas instituições, verifico que há alguma dificuldade em perceber o

que significa a chamada ‘mudança de paradigma’ e a passagem de um ensino centrado no professor para um ensino centrado no estudante. Esta mudança vai levar tempo a sedimentar.

E o que poderá ser feito para corrigir essas dúvidas de que fala?

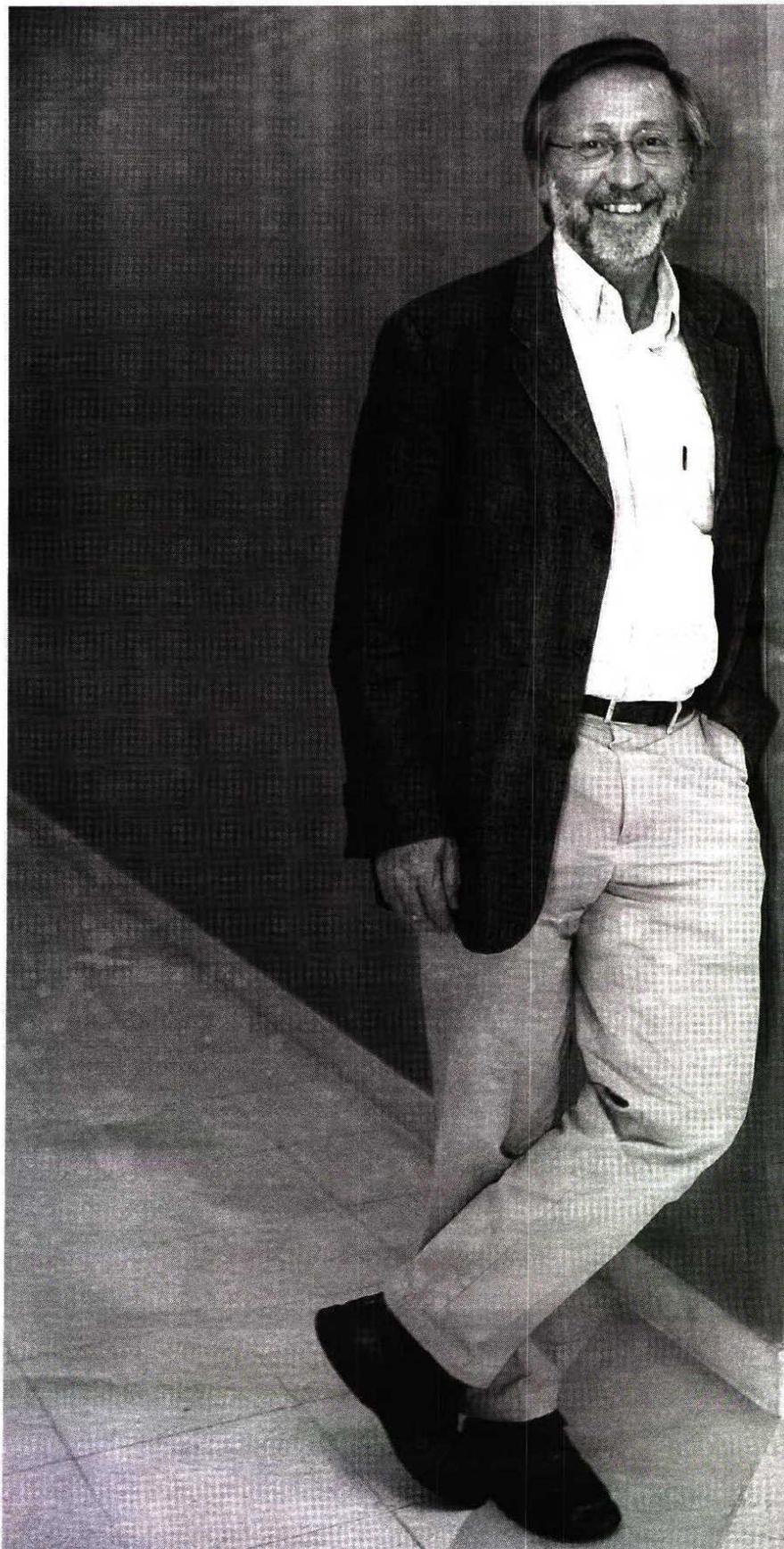
Precisamos de falar sobre isto, de colocar os intervenientes das instituições a discutir o assunto. Isso tem acontecido. Não é uma questão que se possa resolver por decreto-lei. É pela implementação a nível local, que implica trabalho. Se fossem fomentados apoios e trabalhos nesta área, esta implementação podia ser facilitada.

Quando fala em apoios, refere-se ao Governo?

Podia ser uma linha de trabalho de investigação, em que pudessem ser financiados projectos nos quais se fizesse a análise do tipo de abordagem de outros países, sobre as metodologias de ensino. Esse tipo de divulgação de boas práticas é uma tarefa que podia ser importante.

E é ao Governo que cabe fazer esse trabalho?

O Governo poderia apoiar esse tipo de questões. Quando, no início





PORTUGAL

ISEG lidera investigação em economia segundo ranking internacional

O ISEG é a instituição líder em investigação económica em Portugal, segundo a RePec (Research Papers in Economics), base de dados bibliográfica a nível mundial dedicada à disseminação da pesquisa científica na área da economia. A Faculdade de Economia da Universidade Nova

de Lisboa é a segunda, seguida do Banco de Portugal. A nível europeu, o ISEG ocupa a posição 137. O "ranking" considera um total de 1.643 instituições europeias, nomeadamente departamentos de economia, institutos nas universidades e bancos centrais, entre outras.

Campus

A secção de Campus vai de férias. Estaremos de volta em Setembro.

deste Governo, propus a criação de uma comissão de dinamização do Processo de Bolonha, era muito nesta perspectiva de que ia haver dificuldades na implementação. A comissão não avançou, mas não quero falar mais sobre isso.

O Governo foi criticado por ter dado pouco tempo às escolas para formalizarem as propostas de adequação dos cursos. Isto prejudicou o processo?

O decreto-lei [que regulamenta a adaptação a Bolonha] foi publicado no dia 24 de Março de 2006, as primeiras propostas tinham que ser entregues no dia 31 de Março do mesmo ano e as normas para apresentar foram publicadas depois de 31 de Março. Não havia

é evidente que isso é verdade em determinadas áreas.

Portugal chama aos primeiros ciclos "licenciatura", enquanto a tendência lá fora é para chamar "bacharelato" ao primeiro ciclo. Isto não contribuiu para a desconfiança do mercado de trabalho, porque estamos a chamar o mesmo a formações diferentes?

É evidente. Se tivéssemos chamado 'bacharelato' ou outra coisa ao primeiro ciclo, não se teria criado essa desconfiança. Teria sido estrategicamente mais adequado chamar 'bacharelato'.

Que tipo de expectativas é que um aluno do primeiro ciclo pode ter ao nível da empregabilidade?

Depende das áreas, mais uma vez. Voltando ao caso da Enfermagem ou às Tecnologias da Saúde, a dificuldade de integração no mercado é haver postos de trabalho ou não. Pelos menos nestas áreas da saúde, não é o segundo ciclo que vai aumentar a empregabilidade, porque eles têm a qualificação profissional com o primeiro ciclo.

Mas em áreas como o Direito e a Engenharia, a situação não será assim...

Se tivéssemos a falar de engenharia ao nível das universidades, é evidente que não haverá aí muita gente com o primeiro ciclo.

Está optimista em relação ao que Bolonha vai trazer ao sistema de en-

Sobre Bolonha

”

Do ponto de vista quantitativo, estamos a progredir.
Do ponto de vista qualitativo, tenho as minhas dúvidas.

Pedro Lourtie, ex-secretário de Estado do Ensino Superior

grande razão para o decreto-lei só sair em Março, porque a alteração da Lei de Bases tinha sido publicada em Agosto do ano anterior. Foi, de facto, um pouco a "mata cavalos". Mas há instituições que começaram a trabalhar nisto muito antes.

Há diversos sectores do mercado que temem que os futuros formandos estejam menos preparados. É legítima esta preocupação?

Se se comparar os actuais licenciados com os actuais licenciados,

Depende da área. Um primeiro ciclo em enfermagem forma enfermeiros. Neste caso, a empregabilidade, quanto muito, depende da procura do mercado. Na área da medicina, ninguém está a pensar formar médicos em três anos, nem sequer em quatro. A formação dos médicos leva sempre mais tempo e em todos os países.

Mas a tendência não será para as pessoas fazerem logo o segundo ciclo, por recearem ser rejeitadas pelo mercado de trabalho?

sino superior?

A prazo, sim. Em 2001, no relatório que apresentei aos ministros em Praga, disse que achava que era mais importante que, dentro da mesma área, as formações fossem semelhantes em todo o espaço europeu e não só dentro de uma legislação nacional. Há mais preocupação com a conformidade dos graus a nível nacional do que com a conformidade a nível europeu. Estas diferenças não contribuem para facilitar este movimento a nível europeu.

• Governo

Ouvir as escolas e divulgar práticas



Para contornar as dificuldades de implementação, Pedro Lourtie diz que uma das abordagens possíveis é o Governo apresentar soluções com base em práticas internacionais. "É necessário perceber quais são as dúvidas que as escolas têm, o que estão a fazer e tentar divulgar ideias que as pessoas não conhecem."

• Mudança

Direito é das áreas mais resistentes a Bolonha



Ao indicar que "há sempre resistências à mudança, Pedro Lourtie identifica o Direito como uma das áreas mais resistentes. "Teve sempre muita resistência, ao dizer que formações de primeiro ciclo não fazem sentido no caso do Direito", conta. "Compreendo essas resistências quando as pessoas não são capazes de olhar para as coisas de longe. Estão tão embebidas no que fazem que têm dificuldade em pensar de forma diferente", diz.

• Adequação

Dificuldades em esquecer o passado



Durante a implementação de Bolonha, algumas escolas foram criticadas por, aparentemente, se terem limitado a compactar em três anos os cursos que ofereciam anteriormente. Pedro Lourtie não sublinha totalmente por baixo esta crítica, mas diz que ficou com a "sensação que algumas pessoas tiveram dificuldade em distanciar-se daquilo que faziam".

[PERFIL]

➔ Pedro Lourtie

Engenheiro e professor universitário, 60 anos

Homem da Engenharia Mecânica, Pedro Lourtie acabou por cruzar os corredores de alguns dos cargos políticos mais importantes em matéria de ensino superior.

Entre 1996 e 2000, foi director-geral do Ensino Superior do Ministério da Educação. Neste período, inscreveu ainda a participação na redacção final da "Declaração de Bolonha" (1999), que é um dos marcos decisivos no arranque do processo. Em 2001, e até ao ano seguinte, foi secretário de Estado do Ensino Superior.

No próximo dia 16 de Julho, completa 61 anos. Se olhar para o seu currículo no dia de aniversário - o que não é de todo provável, mas ajuda a lançar a biografia na pre-

sente prosa -, vai lembrar a licenciatura em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico (IST) e o doutoramento na Victoria University of Manchester.

Atualmente, é docente na casa onde se licenciou. Já depois do percurso enquanto aluno, Pedro Lourtie desempenhou vários cargos de gestão no IST, entre os quais o de presidente do departamento de engenharia mecânica.

No final da década de 80 e início de 90 - mais precisamente em 1989 e 1990 -, foi coordenador da comissão instaladora do SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior), tendo sido presidente da direcção entre 1990 e 1996.